

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 167

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 08 DE DEZEMBRO DE 1998

ANO XXIV

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**

Presidente - PFL

**LUIZ CARLOS ZUK**

1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**

2º Vice-Presidente - PPB

**LUIZ CLAUDIO ROMANELLI**

3º Vice-Presidente - PMDB

**LUIZ CARLOS MARTINS**

1º Secretário - PFL

**NELSON GARCIA**

2º Secretário - PFL

**ANTONIO ANNIBELLI**

3º Secretário - PMDB

**IRONDI PUGLIESI**

4ª Secretária - PPB

**ÂNGELO VANHONI**

5º Secretário - PT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

Governo ..... Deputado Valdir Rossoni  
PFL..... Deputado Plauto Miró  
PTB..... Deputado Valdir Rossoni  
PMDB..... Deputado Orlando Pessuti  
PPB..... Deputado Augustinho Zucchi  
PT ..... Deputado Péricles H. de Mello  
PDT ..... Deputado Edgar Bueno  
PL ..... Deputado Horácio Rodrigues  
PSN..... Deputado Emerson Nerone  
PSDB.....

## Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartário - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Reny Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 10: Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Joel Coimbra - Nelson Justus - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 09: Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Paulo Gorski - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - Cesar Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
13ª LEGISLATURA  
ATA DA 107ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
08 DE DEZEMBRO DE 1998  
(terça-feira)**

---

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Nelson Garcia.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Paulo Gorski, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Mensagens:**

MENSAGEM Nº 056/98

Curitiba, em 07.12.98.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a implantar sistema de transferência ao tesouro Geral do Estado de saldos financeiros disponíveis em órgãos da Administração Indireta do Estado, na forma, condições e percentuais que especifica.

A conveniência e oportunidade de que se reveste a medida ora proposta, justifica-se plenamente em razão da adiante transcrita justificativa que me foi apresentada pela Secretaria de Estado da Fazenda, através do Ofício nº 311/98, de 03 de dezembro de 1998, do Titular daquela Pasta:

“O presente anteprojeto de lei, a ser encaminhado à Assembléia Legislativa, objetiva obter daquela egrégia Casa, autorização legal para o Poder Executivo implantar sistema de transferência ao Tesouro Estadual de saldos disponíveis nos fundos e órgãos da Administração Indireta do Estado.

A proposição estabelecida pelos artigos 1º e 2º do presente anteprojeto, justifica-se pela necessidade de dotar a Administração Estadual de um sistema de vasos comunicantes de recursos financeiros disponíveis em determinadas ocasiões, pelos fundos e unidades da administração indireta, passíveis de serem transferidos ao Tesouro Estadual, sem prejuízo dos programas desenvolvidos pelas unidades quando de eventuais necessidades de recursos adicionais pelo mesmo, limitando em até 90% (noventa por cento) do saldo financeiro.

O inciso I do artigo 3º autoriza o Poder Executivo a operacionalização do sistema, mediante o estabelecimento do período base de apuração contábil do saldo financeiro disponível, do percentual e do prazo para o recolhimento ao Tesouro, conforme definições técnicas estabelecidas pela Secretaria de Estado da Fazenda.

O inciso II do mesmo artigo autoriza o Poder Executivo a abrir os créditos adicionais para a execução da transferência de recursos financeiros, conforme disposições da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.”

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER  
Governador do Estado

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º - Todos os órgãos da Administração Indireta do Estado, exceto as Universidades Estaduais, deverão recolher ao Tesouro Geral do Estado, até 90% (noventa por cento) do saldo financeiro dis-

ponível - Ativo Financeiros menos Passivo Financeiro - exclusive os recursos de aplicação vinculada, verificados no balancete encerrado no último dia útil de cada mês do exercício de 1998.

Art. 2º - As disponibilidades dos fundos, excluídos o Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE e o Fundo de Desenvolvimento Urbano - FDU, junto ao Tesouro, existentes e não comprometidas em 31 de dezembro de 1998, provenientes de receitas a eles vinculadas, ficam convertidas em fonte 00 - Ordinário não vinculados e transferidas definitivamente ao Tesouro Geral do Estado.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - estabelecer o percentual e o prazo para recolhimento ao Tesouro Geral do Estado, bem como o montante do numerário mencionado no art. 1º desta lei, conforme definidos pela Secretaria de Estado da Fazenda;

II - abrir créditos adicionais nos orçamentos dos exercícios de 1998 e 1999, necessários à implementação do estabelecido nos artigos 1º e 2º, utilizando como recursos o disposto no art. 43, § 1º, incisos I, II e III da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

### **À Diretoria Legislativa.**

MENSAGEM Nº 057/98

Curitiba, em 07.12.98.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei dispondo sobre normas de proteção ao consumidor quando à procedência e qualidade dos produtos combustíveis comercializados no Estado do Paraná.

O presente plano de lei, que consulta aos superiores interesses da coletividades, decorre de expediente a mim encaminhado pela Secretaria de Proteção e Defesa do Consumidor, através do protocolado sob nº 3.725.516-5/98, onde o Senhor Secretário Titular apresenta justificativa, cujos termos ratifico e seguem em anexo, por cópia.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER  
Governador do Estado

### **ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º - Fica assegurado ao consumidor o direito de obter informações corretas, claras, precisas e ostensivas sobre natureza, procedência e qualidade dos produtos combustíveis comercializados nos postos revendedores situados no Estado do Paraná.

Art. 2º - Os postos revendedores que exibirem a marca ou a identificação visual de determinada empresa distribuidora somente poderão comercializar combustíveis adquiridos dessa distribuidora, de modo a assegurar ao consumidor o perfeito conhecimento sobre a origem e a qualidade do produto adquirido.

§ 1º - Fica assegurado aos postos revendedores a opção de vincularem-se ou não a empresa(s) distribuidora(s) de combustíveis, conforme dispõe a legislação em vigor.

§ 2º - O posto revendedor ficará dispensado de atender o disposto no "caput" desta cláusula caso retire de seu estabelecimento todos os sinais indicativos da marca e da identificação visual da distribuidora a que estava vinculado.

Art. 3º - As empresas distribuidoras não poderão fornecer produtos combustíveis a postos revendedores que exibam a marca e a identificação visual de outra distribuidora.

Art. 4º - A comercialização de produtos combustíveis em desacordo com os termos da presente lei conduz em erro o consumidor, importando em publicidade enganosa, ficando os infratores sujeitos às penalidades abaixo estabelecidas, sem prejuízo das demais sanções cíveis e criminais aplicáveis.

Art. 5º - A fiscalização quanto ao exato cumprimento desta lei deverá ser realizada pela Secretaria de Proteção e Defesa do Consumidor, através da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON e pelos demais órgãos de proteção e defesa do consumidor, devendo os valores arrecadados serem revertidos ao Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos, criado pela Lei nº 11.987, de 05.01.98.

Art. 6º - Os postos revendedores que induzirem o consumidor a erro, vendendo, expondo a venda, ocultando ou recebendo para o fim de ser vendido, produto combustível de distribuidora distinta daquela cuja marca ou identificação visual ostenta, ficarão sujeitos ao pagamento de multa, nos termos do art. 57, parágrafo único, do Código de Proteção e Defesa do Consumidor - CPDC.

§ 1º - A apuração dos valores de que trata o parágrafo único do art. 57 do Código de Proteção e Defesa do Consumidor - CPDC, será fixado com base no movimento de venda de combustíveis no período de 30 (trinta) dias que anteceder a constatação da infração.

§ 2º - O PROCON-PR fica autorizado a requisitar do estabelecimento autuado, todos os documentos necessários à comprovação da movimentação de compra e venda no período acima mencionado.

Art. 7º - As distribuidoras que fornecerem produtos combustíveis a postos revendedores que exibam a marca ou a identificação visual de outra distribuidora, ficarão sujeitas ao pagamento de uma multa cujo critério de fixação será o contido no artigo anterior.

Art. 8º - O posto revendedor e/ou distribuidora de combustíveis que reincidirem na prática de infrações previstas na presente lei, insistindo em induzir o consumidor ao erro, terá cassada sua inscrição estadual junto a Secretaria da Fazenda que, para aplicação da pena, deverá ser oficialmente comunicada.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA:

#### **I - OBSERVAÇÕES PRELIMINARES**

Tem o presente a finalidade de trazer à apreciação de Vossa Excelência e dos demais membros dessa Casa de Leis, o projeto de lei elaborado com o escopo de proteger os consumidores do Estado do Paraná quanto à procedência dos produtos combustíveis adquiridos junto aos postos de serviços.

#### **1. Breve Histórico do Setor de Distribuição e Revenda de Combustíveis**

Durante décadas, a comercialização de combustíveis sofreu forte intervenção normativa federal, caracterizada por regras rígidas de atuação. Os preços dos produtos eram fixados pelo governo desde a refinaria até o consumidor final. A abertura de novas distribuidoras e postos revendedores ficava condicionada à prévia autorização governamental, com múltiplas exigências e sobretudo, o Posto Revendedor era obrigado a vincular-se a uma distribuidora e adquirir somente dessa distribuidora os produtos combustíveis. Por sua vez, a distribuidores somente podiam vender seus produtos para postos que ostentassem a sua bandeira.

A vinculação de um posto revendedor a uma distribuidora, portanto, era obrigatória, constituindo-se em uma obrigação de natureza legal.

Com o advento do programa federal de desregulamentação, que visou o fortalecimento da iniciativa privada, da livre concorrência e a redução da interferência estatal nas atividades econômicas, o setor de distribuição e revenda de combustíveis de nosso País sofreu inúmeras alterações.

A primeira alteração foi a que eliminou as barreiras burocráticas, até então existentes, para a abertura de novas distribuidoras e de novos postos revendedores.

Logo depois, dando seqüência ao programa de desregulamentação, a vinculação obrigatória foi revogada, ensejando o surgimento no mercado do denominado "Posto Bandeira Branca", isto é, o posto revendedor que pode comercializar produtos de diversos fornecedores, sem exibir a marca de qualquer distribuidora.

A partir de então, a vinculação do posto revendedor a uma distribuidora deixou de ser uma obrigação para constituir-se em opção, que pode ou não vir a ser materializada através de assinatura de um contrato.

Após a criação do "Posto Bandeira Branca", o Ministério das Minas e Energia procurou disciplinar o mercado editando as Portarias 61 e 63, as quais passaram a regulamentar as atividades de revenda e distribuição de combustíveis no País.

Neste esteio, o art. 11 da Portaria 61 previa que:

"Art. 11 - O revendedor varejista que exibir a marca de identificação comercial de uma distribuidora, somente poderá adquirir combustíveis da referida distribuidora.

Parágrafo Único - O revendedor varejista que não exiba a marca de identificação comercial de distribuidora poderá adquirir combustíveis de qualquer distribuidora, nos termos do 'caput' do art. 6º desta Portaria."

O artigo 18 da Portaria 63, por sua vez, dispunha o seguinte:

"Art. 18 - A distribuidora não poderá fornecer combustíveis a revendedores varejistas vinculados a outra distribuidora."

Insatisfeitas com o cenário legislativo criado pelas supracitadas, algumas distribuidoras de combustíveis impetraram Mandados de Segurança perante o Superior Tribunal de Justiça, afirmando serem inconstitucionais os artigos 11 e 18, acima transcritos, sustentado que os aludidos dispositivos representavam uma verdadeira limitação ao exercício da livre concorrência.

Ao apreciar a tese suscitada por essas distribuidoras, o STJ decidiu pela ilegalidade dos artigos 11 e 18, denegando pois a segurança pretendida.

Observe-se, por relevante, que a fundamentação utilizada pelo STJ lastreou-se na competência do MME para regulamentar o mercado por meio de

Portarias, a despeito do que estabelece o art. 238 da CF, além de salientar que os dispositivos legais atacados encontram-se em perfeita harmonia com os ditames do Código de Defesa do Consumidor e de Propriedade Industrial.

Todavia, mesmo após a confirmação de legalidade das Portarias 61 e 63 pelo Superior Tribunal de Justiça foram estas revogadas, com a edição de novas Portarias que passaram a regulamentar o mercado.

Assim, foram editadas pelo Ministério de Minas e Energia as Portarias 08 e 09, de 16 de janeiro de 1997, que deixaram de contemplar os comandos até então impostos pelos artigos 11 e 18 das portarias revogadas, omitindo-se a respeito da questão da aquisição obrigatória de combustíveis da distribuidora a que está o revendedor vinculado pela marca.

O único artigo destas portarias que vinculam o posto revendedor a uma marca de distribuidora é a seguinte:

“Art. 12 (Portaria 09) - É facultado ao Revendedor Varejista identificar em cada bomba abastecedora de combustível automotivo, de forma destacada, bem visível e de fácil identificação pelo consumidor, a Distribuidora fornecedora do respectivo combustível.”

A edição das Portarias 08 e 09/97 serviu para inflamar a clandestinidade do comércio irregular de combustíveis, com leviana e distorcida divulgação no mercado de que as referidas portarias autorizavam, indiscriminadamente a todos os postos de serviços, independentemente de exibirem identificação de uma distribuidora, a adquirirem combustíveis de qualquer outra distribuidora, a despeito, inclusive, do direito do consumidor em conhecer a procedência do produto que está adquirindo.

## 2. O Comportamento do Mercado

Passou-se então a conviver com comportamentos mercadológicos oportunistas de algumas distribuidoras, que atribuíram à legislação uma interpretação equivocada como se, a elas, fosse concedido um salvo-conduto para comercializar seus produtos em postos de serviços identificados com qualquer marca comercial, nome comercial e combinação de cores de outra distribuidora, beneficiando-se da credibilidade que possuem essas identificações perante o consumidor, que, **ao entrar num posto de serviços, adquire produtos de procedência diversa daquela que imagina estar comprando.**

Os métodos com os quais concorrem estas distribuidoras são imbatíveis e insuperáveis, posto que não realizam quaisquer investimentos nos pontos de vendas identificados com a marca de outras distribuidoras limitando-se a comprar combustíveis junto aos produtores ou em outras distribuidoras e

comercializá-los nestes postos, ignorando completamente a marca exibida pelo posto de serviço e percebida pelo consumidor.

Além das vantagens competitivas acima descritas, existe uma que supera todas as demais, apesar de não caber aqui detalhá-la, que é a sonegação dos tributos que incidem sobre a comercialização de combustíveis notadamente o ICMS, PIS e CONFINS, que representam significativa parcela na composição dos preços.

## 3. A Ausência de Legislação Específica

Como foi acima mencionado, o mercado de distribuição e revenda de combustíveis encontra-se atualmente disciplinado pelas Portarias 08 e 09/97, editadas pelo Ministério de Minas e Energia merecem destaque, ainda, a Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, que, entre outras providências dispõe sobre a política energética nacional e institui a Agência Nacional do Petróleo, e a Medida Provisória nº 1690-1 de 29 de julho de 1998, que dispõe sobre a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis.

Ocorre que, em toda a legislação que regula as atividades de distribuição e revenda de combustíveis, **não há um dispositivo que assegure ao consumidor** que o combustível por ele adquirido provém da mesma distribuidora a que o posto revendedor ostenta marca.

Assim, o consumidor que adquire combustível em um posto que ostente uma determinada “bandeira” **pode estar abastecendo seu veículo com um produto fornecido por outra distribuidora, que, independentemente do fato de estar ou não adulterado, não corresponde à marca que o consumidor elegeu naquele determinado posto de serviços.**

Tal fato gera, inclusive, a **insegurança do consumidor quanto à garantia de qualidade dos combustíveis adquiridos**, visto que não se pode afirmar com segurança de qual distribuidora foi o mesmo adquirido.

Some-se a todo o acima exposto a frequência com que vêm ocorrendo denúncias de adição de solventes e outros produtos químicos à gasolina, fatos estes que já foram noticiados diversas vezes por vários veículos de imprensa.

Há que se mencionar que em alguns casos a identificação da procedência do produto faz-se de forma ambígua e inconsistente, visto que alguns revendedores informam qual verdadeiro fornecedor do combustível em placas afixadas às bombas, que são de tamanho infinitamente inferior à marca ostentadas na testeira do posto. Este procedimento só faz confundir ainda mais os consumidores.

**À Diretoria Legislativa.**

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO Nº 2016

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 137/98, que cria o Conselho Estadual de Publicidade, no âmbito do Poder Executivo, e regulamenta a veiculação de publicidade dos atos, programas, obras, serviços e compras dos órgãos públicos.

Sala das Sessões, em 08.12.98.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

### REQUERIMENTO Nº 2017

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 34/96, que obriga os construtores de barragens a proceder a limpeza das áreas alagadas.

Sala das Sessões, em 08.12.98.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

### REQUERIMENTO Nº 2030

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 487/98, proveniente da Mensagem Governamental nº 055/98 (Altera a redação do art. 3º e revoga o § 1º do art. 5º, da Lei nº 12.317 de 28.08.98), sobre a composição do Conselho Penitenciário do Estado).

Sala das Sessões, em 08.12.98.

(a) VALDIR ROSSONI

### REQUERIMENTO Nº 2019

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreveu, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 08.12.98.

(a) NELSON GARCIA

### REQUERIMENTO Nº 2032

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a anexação do Projeto do

Projeto de Lei nº 174/97, de minha autoria que tem por objetivo conceder título de Cidadão Honorário do Paraná ao senhor Adolar Nicoluzzi, ao Projeto de Lei nº 165/97 de mesmo teor.

Sala das Sessões, em 08.12.98.

(a) HORÁCIO RODRIGUES

### REQUERIMENTO Nº 2015

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos desta sessão Plenária, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Ângelo Colombo, ocorrido na data de hoje, dia 08 de dezembro de 1998, no Município de Cascavel.

Requer ainda que, da decisão da Mesa, seja cientificado a família, à Av. Brasil, 5276, Cascavel - Paraná.

Sala das Sessões, em 08.12.98.

(a) PAULO GORSKI

JUSTIFICATIVA:

Um grande personagem da nossa história disse, certa vez, que "vai-se o homem, fica o nome". O cascavelense Ângelo Colombo, ao partir, deixa seu nome gravado na galeria dos grandes homens, destemidos desbravadores, pioneiros que, com trabalho e disciplina, foram artífices da construção de Cascavel.

Sua partida deixa uma lacuna irreparável no seio de sua família e dos incontáveis amigos que granjeou ao longo de sua vida.

Entretanto, fica também a riqueza do seu exemplo de homem íntegro e trabalhador, que certamente servirá de espelho e estímulo para os seus pósteros, que certamente sentir-se-ão alentados neste difícil momento pela bênção que lhes concedeu o bom Deus ao permitir a convivência com o bondoso e inesquecível Ângelo Colombo.

Pelo exposto. solicito apoio a esta proposição.

### REQUERIMENTO Nº 2028

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o soberano Plenário, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Engenheiro Civil Luiz Douglas de Araújo, ocorrido no último dia 5 de dezembro de 1998.

Sala das Sessões, em 08.12.98.

(a) CEZAR SILVESTRI

Apoioamento: Paulo Gorski.

JUSTIFICATIVA:

Luiz Douglas de Araújo, engenheiro civil, formado pela Universidade Federal de Santa Catarina em 05.12.1970, integrante dos quadros do DER do

Paraná desde 01.05.1977; onde desempenhou diversas funções técnicas e administrativas: foi chefe do 9º Distrito Rodoviário em Francisco Beltrão; chefe do 3º Centro Regional em Londrina; chefe do 5º Distrito Rodoviário em Guarapuava; supervisor de obras da 2ª S.O em Ponta Grossa; fiscal de obras no trecho Caminhos da Educação; coordenação das obras do Programa Estradas Rurais-Caminhos para a Educação e Desenvolvimento e supervisor da DARM no 2º Centro Regional em Ponta Grossa. Também escrevia para os Editoriais dos Jornais Gazeta do Povo e Folha de Londrina. Era um homem de grande espírito público, de caráter íntegro e um grande idealista. Foi um pai e chefe de família exemplar. Deixa um vazio que jamais será preenchido no coração dos seus familiares, amigos e em especial do autor desta propositura, com quem sempre teve um grande relacionamento de amizade, respeito e consideração.

#### REQUERIMENTO Nº 2013

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUEREM após ouvido o Plenário, seja consignado Voto de Congratulações, com o envio de mensagem de cumprimentos ao Município de Corbélia, representado na pessoa do Prefeito Clóvis Bombarda, pela passagem dos 37 anos de emancipação política e administrativa do município, a ocorrer no dia 08 de dezembro de 1998.

Sala das Sessões, em 08.12.98.

(aa) EDGAR BUENO  
PAULO GORSKI

#### JUSTIFICATIVA:

Queremos enviar cumprimentos à Administração Municipal de Corbélia, à Câmara de Vereadores e, extensivos à população Corbeliense pela passagem do seu 37º aniversário de emancipação político-administrativa.

Corbélia, importante município do oeste paranaense, destaca-se, principalmente, pela produção agrícola, pecuária e avícola. Atualmente a Administração Municipal incrementa outra atividade que brevemente começará oferecer resultados positivos: produção e comercialização de flores.

É com esta visão de futuro que a Administração pretende chegar no próximo milênio oferecendo mais opções de geração de empregos; apresentando uma cidade turística pois encontra-se na rota do turismo São Paulo-Foz do Iguaçu, isto é a BR 369 e ao mesmo tempo uma cidade muito bem situada e estruturada nos caminhos do MERCOSUL.

Parabéns a todos os responsáveis por este desenvolvimento, por esta visão de futuro e pela

população determinada que reside e vive em Corbélia, a Cidade das Flores.

#### REQUERIMENTO Nº 2014

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o duto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje Voto de Congratulações a Cooperativa de laticínios Curitiba Ltda (CLAC), alusivos a Conquista do 1º lugar em seu produto Requeijão Cremoso, no Concurso Nacional de Produtos Lácteos, que ocorreu durante a XV Congresso Nacional de Laticínio em Juiz de Fora-MG.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente Fernando Augusto de Almeida, através de correspondência a ser encaminhada Rua Dr. Claudino dos Santos, 1820 CEP 83005-190, Município de São José dos Pinhais-Paraná.

Sala das Sessões, em 08.12.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 2018

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o duto Plenário, seja inseridos na Ata dos Trabalhos do Poder Legislativo: votos de congratulações e aplausos pelo cinquentenário da formatura do curso de Direito da Universidade Federal do Paraná - turma: Antonio Martins Franco, extensivo a todos os formandos e respectivas famílias.

Sala das Sessões, em 08.12.98.

(a) CESAR SELEME

#### JUSTIFICATIVA:

Os formandos do Curso de Direito da Universidade Federal do Paraná da turma: Antonio Martins Franco comemoram neste mês o cinquentenário de formatura em Direito, trabalhando com dignidade e respeito em prol dos menos favorecidos, engrandecendo e orgulhando a justiça e cidadania do Estado do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 2023

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Raul e Roseli Begervanço, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Prata. Foram muitos anos de vida em comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a felicidade e

a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 08.12.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 2022

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua Tibagi - Jardim Iraí - Município de Pinhais, os quais solicitam a regularização no sistema de entrega de correspondências domiciliares. Afirmam eles que as correspondências estão chegando com até 15 (quinze) dias de atraso, principalmente contas a pagar, causando sérios prejuízos e transtornos para toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 08.12.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 2029

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de correspondência ao Excelentíssimo Sr. Doutor Ramiro Wahrafftig, Secretário de Estado da Educação solicitando providências com relação ao transporte escolar dos alunos de 5ª à 8ª série das Escolas Estaduais.

A manifestação das Prefeituras Municipais em interromper o transporte escolar de 5ª à 8ª série cuja responsabilidade pertence ao estado, tem causado preocupação em toda a comunidade estudantil do Paraná.

As Prefeituras Municipais já tem sob sua responsabilidade 76,5% dos alunos de 1ª a 4ª séries matriculados na rede pública do Estado, respondendo inclusive pelo transporte muitas vezes na zona rural de seus municípios, e não possuem mais condições de arcar com essa responsabilidade.

Face ao exposto, solicitamos desta Secretaria providências para a resolução desta questão de vital importância à comunidade estudantil do Paraná.

Sala das Sessões, em 08.12.98.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO Nº 2031

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de pedido de providências à Secretaria de Estado da Indústria e Comércio, para que proceda o exame da situação econômica da empresa Montesul S/A, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, neste Estado, a fim de encontrar as soluções cabíveis para garantir a sobrevivência dessa indústria.

A Montesul é uma empresa genuinamente paranaense responsável pela geração de mais de 1.100 empregos diretos. A exemplo do que ocorre com grande parte das empresas brasileiras, a Montesul vive as dificuldades que o momento econômico propicia, já tendo reduzido seu quadro de pessoal em 350 funcionários. No último dia 5, por decisão judicial, foram confiscadas 10 (dez) máquinas estampadeiras de preparação de peças para montagem industrial, devido ao atraso de algumas parcelas do empréstimos feito junto à BANESTADO LEASING. Até esta data a empresa vinha trabalhando em dois turnos para honrar prazos estabelecidos em contratos com indústrias automobilísticas como a AUDI (São José dos Pinhais) e General Motors (Gravataí). Destaque-se que do bom cumprimento desses contratos depende a quitação do débito da Montesul junto à BANESTADO LEASING, fato que não ocorrerá caso os equipamentos supra citados não sejam devolvidos no prazo de 24 horas. A persistir esta situação a empresa será obrigada a demitir os demais funcionários, o que certamente demandará problemas sociais de toda ordem, além do possível fechamento da empresa.

O governo do Estado dispõe de mecanismos legais para auxiliar as empresas paranaenses, entre elas a agência Paraná Desenvolvimento, cuja lei de instituição aprovada por este Legislativo garante o investimento de 25% dos recursos alocados nessa empresa nesse setor.

Sala das Sessões, em 08.12.98.

(a) PÉRICLES MELLO

#### REQUERIMENTO Nº 2024

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, envio de expediente, solicitando as informações abaixo, sobre o convênio de cooperação técnica e financeira celebrado entre a Secretaria de Estado da Educação e a ADEJA - Associação de Diretores de Escolas Públicas de Educação de Jovens e Adultos da Rede Estadual do Pólo de Curitiba. Ei-las.



- 1 - Qual a situação atual do convênio?
- 2 - Haverá prorrogação do referido convênio?
- 3 - Caso positivo, qual a vigência do mesmo?

Outrossim, requer, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação.

Sala das Sessões, em 08.12.98.

(a) IRINEU COLOMBO

## Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 015/98

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica autorizado a realização de plebiscito, para que a população decida sobre a criação do Município de Itaguaçu, em área adiante descrita, desmembrada de Toledo, abrangendo os Distritos de Dois Irmãos e Vila Ipiranga, com 198,992 km<sup>2</sup> (cento e noventa e oito vírgula novecentos e noventa e dois quilômetros quadrados) e é delimitado pela seguinte poligonal:

Tomando como ponto de partida a barra do La-jeado Gavião, no Arroio Guaçu, sobe pelo mesmo até encontrar, em sua margem esquerda, a foz da Sanga Ubiretama, pela qual sobe a sua nascente, e pela divisa entre os lotes rurais nºs 43 e 49 e ainda divisa entre o lote nº 56, de um lado, com os lotes nºs 55, 57, 58, 59, 72 e 73, do outro, até encontrar a nascente da Sanga Paim, pela qual desce até sua margem direita, a barra do Arroio 18 de abril, pela qual segue até a sua nascente e seguindo por um travessão, divisa entre os lotes nºs 13 e 01, de um lado, e 131, 130 e 129, do outro, até encontrar a Sanga Cavalo Morto, pela qual desce até a sua foz junto ao Arroio Guaçu e pelo mesmo até encontrar, em sua margem esquerda, o Lajeado Socó-Boe, pelo qual sobe até a Sanga Timborim, pela mesma até a sua nascente junto a um travessão, pelo qual segue até encontrar a divisa entre os lotes nºs 234 e 235, segue pela mesma até encontrar novamente o Arroio Guaçu, pelo qual desce até a divisa os lotes nºs 07, 09, seguindo por esta até um travessão segue pelo mesmo até a divisa entre os lotes nºs 30 e 32 e por esta até a Sanga Taquaruçu e ainda pela divisa entre os lotes nº 21 e 22 até encontrar o travessão. pelo qual segue até a divisa entre os lotes nºs 32 e 33 e ainda com os lotes nºs 61 e 62, segue até a divisa entre os lotes nºs 72 e 73, pela qual segue até a divisa com o lote nº 75 e segue pelo mesmo, confrontando com os lotes nºs 73 e 74 até a divisa com o lote nº 57, pelo qual desce até encontrar a Sanga Funda e seguindo por esta até a sua foz no Arroio

Guaçu, pelo qual desce até encontrar, em sua margem direita, a barra do Lajeado Gavião, ponto de partida desta descrição.

## MENORIAL DESCRITIVO DO QUADRO URBANO DE ITAGUAÇU

Ponto de partida no marco nº 36/52 das chácaras de Vila Nova, e na rua situada no canto Sudoeste do quadro urbano do mesmo Distrito. Desse ponto, segue-se com azimute de 90°00', rumo Leste, numa distância de 2.239 metros lineares, onde defletimos, com o azimute de 0°00', numa distância de 598 metros, sendo 360 metros pela divisa das chácaras nºs 66 e 67, 25 metros de largura da Avenida Rio Pardo e 213 metros no lote rural nº 71, do 15º Perímetro da Fazenda Britânia; desse ponto, segue-se com o azimute 290°09', rumo NO, numa distância de 710 metros, pela divisa dos lotes rurais nºs 71 e 72 do 15º Perímetro da Fazenda Britânia; desse ponto, segue-se com o azimute de 270°00', rumo Oeste, numa distância de 1.050 metros, divisa das chácaras nºs 103/104, 89/90 e 81/82; desse ponto, defletimos, com azimute de 337°29', rumo NO, pela divisa das chácaras nºs 81/80 e 79/78, da localidade de Vila Nova, numa distância de 216 metros; desse ponto, segue-se com azimute de 238°03', rumo SO, pela divisa das chácaras nºs 78, 73 e 72 e o lote rural nº 154 do 15º Perímetro da Fazenda Britânia, numa distância de 492,9 metros lineares; desse ponto, segue-se com o azimute de 118°59', rumo SE, numa distância de 40 metros lineares, entre a chacara nº 71 e a estrada vicinal; desse ponto, defletimos, com o azimute de 180°00', rumo SUL, numa distância de 710 metros lineares, pela divisa das chácaras nºs 71/65 com a rua e chácaras nºs 52 e 53 com a rua, onde encontramos o ponto de início da presente descrição.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.12.98.

(a) DUÍLIO GENARI

Apoiamento:

Sâmis da Silva, João Techy, Beto Richa, Irondi Pugliesi, Élio Rusch, Sérgio Spada e Geraldo Cartário.

JUSTIFICATIVA:

Buscam as comunidades dos Distritos de Vila Nova, Novo Sarandi e parte dos Distritos de Dois Irmãos e Vila Ipiranga, conjuntamente, a emancipação político-administrativa, para com autonomia gerir seu próprio desenvolvimento e consolidar o seu progresso econômico e social.

Tratam-se de Distritos que se desenvolveram ao longo de sua existência graças a dedicação e trabalho de sua gente pioneira, que soube muito bem transformar a região na mais pujante produtora agrícola e com isso despertam interesse que fez os pequenos povoados crescerem e se tornar em grandes e desenvolvidos distritos.

Têm população acima de 6.000 habitantes, existe comércio, indústrias, produção agrícola e pecuária e outras atividades que comprovam todo o seu potencial econômico e financeiro, para o seu pleno funcionamento e desenvolvimento; têm capacidade de oferta de ensino público fundamental; têm infra-estrutura básica no tocante ao abastecimento de água potável, energia elétrica e serviços de telefonia e ainda, capacidade de serviços públicos de saúde. Têm enfim, todas as condições exigidas por lei para a sua emancipação e será, com absoluta certeza um grande município do Paraná.

Solicitamos apoio e aprovação do presente Projeto de Resolução, pois assim, a Assembléia Legislativa fará inteira justiça para com aquela população ordeira, trabalhadora, cumpridora de seus deveres e muito capaz.

## Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 509/98  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos dos Bairros Jardim Panorama e Jardim Independência II Parte, com sede e foro no Município de Sarandi.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.12.98.  
(a) DOUTOR ROSINHA

PROJETO DE LEI Nº 510/98  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Instituto de Defesa dos Direitos Humanos - IDDEHA, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.12.98.  
(a) JOEL COIMBRA

## JUSTIFICATIVA:

Conforme documentação anexa, comprova-se que o Instituto de Defesa dos Direitos Humanos - IDDEHA, associação de caráter civil limitada, sem fins lucrativos, preenche os requisitos legais necessários a sua declaração de utilidade pública, eis que possui personalidade jurídica e está em efetivo funcionamento.

O IDDEHA tem como finalidade aprofundar e levar ao conhecimento da sociedade, estudos, relatórios, pesquisas e análise sobre todos os tipos de discriminações e violência, sempre tendo como principal objetivo a defesa dos direitos do ser humano, com ênfase na família, na relação de gênero, na criança, na terceira idade, na defesa do consumidor, na defesa do meio ambiente, na paz, na igualdade das raças e nas melhorias das condições de trabalho.

A presente iniciativa, além de inserir a associação no rol do reconhecimento público, representa ainda o aplauso e incentivo ao muito que o IDDEHA vem realizando e, certamente continuará a realizar no campo dos Direitos Humanos.

## O SR PRESIDENTE (Anibal Khury)

Não há oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expedientes.

Passamos ao Horário das Lideranças.

No Horário da Liderança do PMDB concedo a palavra ao Deputado Orlando Pessuti.

## O SR. ORLANDO PESSUTI

Ocupamos a tribuna na tarde de hoje, para em nome do Bloco Parlamentar Agropecuário que coordenamos nesta Casa, fazer o registro de duas correspondências que recebemos, da Cooperativa Agrícola Consolata do Município de Cafelândia - Paraná, e da Cooperativa Central Regional Iguaçu Ltda - COTRIGUAÇU, sediada em Cascavel.

As duas Cooperativas, - e tenho certeza que dezenas de outros ofícios chegarão a esta Casa, - manifestam a grande preocupação do setor produtivo rural, em função da alta da taxa de juros de longo prazo, TJLP, de 11,68%, para 18,6%; que tornam proibitivos quaisquer investimentos no setor produtivo, e até mesmo torna proibitivo pensar em saldar os compromissos, os financiamentos já tomados pelas cooperativas e pelos produtores rurais junto aos agentes financeiros.

Esta elevação da TJLP, de 11,68 para 18,06% ao ano representa uma elevação da taxa em 55%, com a taxa de juro de longo prazo, TJLP, que é o indexador dos financiamentos rurais, tanto aqueles de custeio e principalmente a nível de investimento, foi ela majorada em 55% dentro dessas medidas que

foram adotadas recentemente pelo Governo Federal.

É lamentável, Senhor Presidente, que isso aconteça, porque, é mudar a regra do jogo durante o desenrolar desse jogo.

Os produtores rurais, as cooperativas do nosso Estado do Paraná, todos eles ajustaram seus financiamentos, ajustaram seus investimentos, com base numa TJLP, ao redor de 11% e agora ela comparece com mais de 18%.

É realmente acabar de uma vez por todas com as esperanças e as expectativas do setor produtivo rural, de continuar produzindo, de continuar com o mínimo de chance de esperança de saldar as suas pendências, saldar os seus compromissos junto aos agentes financeiros.

Espero que o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, Ministro Malan e os demais integrantes da cúpula da área econômica do nosso país, possam nos próximos dias rever estas medidas que vem adotando, no sentido de elevar cada vez mais a taxa de juros e, por conseguinte, viabilizar cada vez mais o setor produtivo rural.

Lembro-me, que na tarde de ontem neste Plenário, o Deputado Péricles Mello, fez um apelo a esta Casa e depois, um requerimento foi apresentado, aprovado por todos nós, pedindo que a Assembléia Legislativa do Paraná, intercedesse em favor da empresa situada em Ponta Grossa, se não me falha a memória, de nome MONTESUL, que está lá com um dívida, junto ao BANESTADO Leasing, da ordem de um bilhão de reais e, evidentemente, não consegue na atual quadra dos acontecimentos sociais-econômico-financeiros, do país, honrar os seus compromissos, saldar essas pendências e continuar funcionando. Certamente, se formos verificar nessa dívida, dessa empresa de Ponta Grossa, certamente vamos verificar que a maior parte disso é juro, é correção monetária, são, enfim, taxas que se cobram das empresas que ainda ousam neste país continuar produzindo.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, tendo recebido nesta semana a correspondência da COPACOL - Cooperativa Agrícola Consolata e da CONTRIGUAÇU - Cooperativa Central Regional Iguaçu Ltda, como coordenador do Bloco Agropecuário faço esse registro para que todos os Srs. Deputados que têm compromisso com o setor produtivo rural, possam, desde já, se empenhar, como estamos procurando fazer, neste momento, para que essa TJLP possa ser revista, para que a TJLP possa ser diminuída e para que as condições dos produtores rurais permaneçam no sentido de continuarem produzindo e saldando as suas dívidas.

Outro assunto que quero informar aos Srs. Deputados, diz respeito ao assunto, também, por

nós abordado nesta Casa por algumas vezes, a questão da exigência da reserva legal que é fruto do Código Florestal Brasileiro, onde todas as propriedades rurais devem manter 20% da sua área como reserva legal. O Deputado Moacir Miqueleto, junto com outros parlamentares do Estado do Paraná e do Brasil, está lutando, diria, que diariamente, junto às autoridades do Governo Federal, junto à Casa Civil da Presidência da República e até mesmo junto à Presidência da República para encontrar uma solução para esse problema. E segundo informações que recebemos nos últimos dias, e também segundo aquilo que podemos ler na imprensa escrita do nosso país, deverá nos próximos dias ser editada uma Medida Provisória pelo Presidente da República, adiando, ou seja, suspendendo temporariamente essa exigência quanto a reserva legal de 20% nas propriedades até que possamos ter a regulamentação da Lei Agrícola, até que possamos ter isso devidamente definido, devidamente equacionado.

Então, é mais uma expectativa que temos de que possamos, nos próximos dias ter essa questão da reserva legal equacionada, já que isso vem causando uma série de transtornos aos produtores rurais do nosso Estado que estão sendo acionados judicialmente e que essas ações têm custado aos produtores pesados encargos a títulos de honorários, custas judiciais e, muitas vezes, isso não vem em benefício da implantação da reserva legal, porque muitas vezes ao se discutir o assunto encontrasse uma solução paliativa, uma solução até mesmo financeira entre os advogados envolvidos nessas causas judiciais, e o produtor rural acaba sendo o único prejudicado porque tem que pagar por uma coisa que até hoje não está devidamente equacionada, que é a exigibilidade da reserva legal na propriedade rural.

Outro assunto que trago também ao conhecimento dos nobres Deputados é no setor agrário, no setor pecuário, diz respeito a todo trabalho que vem sendo feito pela Frente Parlamentar Ruralista do Congresso Nacional no sentido de impedir a importação de leite pelo nosso país. Se os Deputados presentes não sabem hoje um dos maiores importadores de leite do mundo é o Senhor Salomão, morador do Estado de Minas Gerais. O Brasil é hoje um dos maiores importadores de leite, mecanismos os mais diversos se utilizam para a importação de leite neste País penalizando demais o setor produtivo rural. E, também, liderado pelo Deputado Miqueleto, uma frente de Parlamentares atua com firmeza e muita determinação, no sentido de impedir a entrada de leite no País e, desta forma restabelecer os preços a nível de produtor no nosso Estado e no nosso País de forma a dar aos produ-

tores rurais o mínimo de traqüilidade, o mínimo de certeza na sua atuação como produtores rurais.

E por fim, Senhor Presidente, quero desta tribuna mais uma vez, apelar aos Senhores Deputados Estaduais para que, nas sessões que vamos realizar na tarde de hoje, a Sessão Ordinária e a Extraordinária, possamos mais uma vez fazer um juízo de consciência, possamos mais uma vez fazer um juízo do sentimento paranista que motiva a todos.

Estamos assistindo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, dentro destes meses de novembro e dezembro, o desmonte das empresas públicas paranaenses. Alguns dias atrás assistia aqui na Assembléia e participava como apartante de pronunciamento do Deputado Geraldo Cartário e outros Parlamentares defendendo a implantação do gasoduto na Região Norte do Paraná. Fui convidado mas não pude participar de uma audiência com o Governador, liderada pelo Prefeito de Londrina, Antônio Belinatti, pedindo apoio do Governo na construção de um gasoduto para que ele possa permitir a construção de termoeletrica e possa ajudar ao Paraná no seu desenvolvimento.

É triste para nós vermos esta luta paranista sendo desenvolvida e, de outro lado, vermos uma luta que não tem nada de paranismo também sendo desenvolvida pelos agentes políticos do Estado do Paraná e pelo Governador deste Estado.

De um lado se luta pela implantação de um moderno gasoduto em nosso Estado, de outro lado se propõe o desmonte da principal empresa pública deste Estado. Uma empresa que não é deficitária, uma empresa que dá mais de um milhão de lucro por dia e que será transferida à iniciativa privada perdendo o Paraná, o total controle da geração, transmissão e distribuição de energia, um dos principais fatores de desenvolvimento, um dos principais fatores estruturais deste Estado e que certamente motivo, inclusive, Senhor Presidente, da vinda ao Paraná destas diversas indústrias que estão chegando.

Por esta razão, apelo mais uma vez aos Senhores Deputados, o Rio Iguaçu já tem dois quintos das suas hidrelétricas nas mãos das multinacionais de energia do mundo. A Tractbell (?), que assumiu o comando da Gerasul, já é dona de Salto Santiago e Salto Osório. A COPEL privatizada, nem o Rio Iguaçu que é um dos orgulhos do nosso Estado, que é o Rio Símbolo do Estado do Paraná, será mais dos paranaenses. Certamente será dos belgas, dos americanos e lá navegar será que um dia poderemos? E a água daquele reservatório será que um dia poderemos utilizar? São perguntas que ficam para todos nós.

Portanto, Senhor Presidente, mais uma vez em meu nome pessoal e em nome da Bancada do PMDB, com exceção do Deputado Sâmis da Silva, quero manifestar o nosso voto contrário a esta proposta de venda, de desestruturação da COPEL, e, o nosso voto contrário também a alteração dos princípios que norteiam a ação da SANEPAR no Estado do Paraná, porque entendemos também não ser do interesse da população as alterações que se propõe na SANEPAR.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Com a palavra o Dr. Rosinha.

O DR. ROSINHA

Senhor Presidente, Senhores Deputados!

Ontem o Banco do Brasil de Nova Cantu foi assaltado. De acordo com a notícia veiculada hoje na Gazeta do Paraná, diz o seguinte: "A Polícia de Nova Cantu está a procura de oito marginais que assaltaram a agência do Banco do Brasil daquela cidade. O assalto durou pouco mais de 5 minutos. fugiram numa Ipanema na Polícia Militar que foi abandonada na estrada que liga Nova Cantu a Palmital.

Esse assalto ocorreu ontem. Ontem, algumas lideranças do MST estavam reunidos no assentamento de Nova Cantu para discutirem a viabilização de financiamento da sua produção através do Banco do Brasil.

Hoje pela manhã, cinco pessoas do MSP entre esses cinco, o engenheiro agrônomo Walter que foi contratado com convênio assinado entre o MST e o Governo do Estado, mais os sem-terra Alberi e Chico Cavalheiro e Adão e o coordenador Caíto, saíram do assentamento de Nova Cantu para levar ao Banco do Brasil, documentos solicitados pela gerência daquela agência.

Ao saírem do assentamento hoje pela Militar sob acusação de que são eles os assaltantes do Banco.

Digo sequestrados, porque foram presos porém nem em Palmital e nem em Nova Cantu na delegacia foram entregues. De manhã até agora, a Polícia Militar continua com esses cidadãos em algum lugar do Estado do Paraná.

O que trazemos, é a preocupação dessa prática que não pode ser desenvolvida em nosso Estado. Se algum cidadão é suspeito de algum assalto ou de algum ato ilícito, deve ser preso e conduzido à delegacia mas jamais sequestrados por policiais militares que permanecem com eles por algumas horas sem que se saiba o paradeiro.

A Polícia Militar do Paraná tem essa prática e isso já ocorreu neste ano quando sequestraram policiais militares de Maringá, sendo que dois ou três

deles foram torturados e nós trouxemos, junto com o Deputado Nerone, a denúncia para esta Casa. Portanto, se a Polícia Militar ainda não os levou até a alguma delegacia, que o faça, porque qualquer coisa que vier a acontecer com qualquer um desses cidadãos, a responsabilidade, desde a hora do sequestro até agora, é por conta da Polícia Militar.

Faço esse alerta nesta Casa, que se vier a acontecer agressão física a qualquer um deles, eles estão sob a responsabilidade da Polícia do nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Mensagem nº 056/98, subscrito pelo Senhor Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a implantar sistema de transferência do Tesouro Geral do Estado de saldos financeiros disponíveis em órgãos da Administração Indireta do Estado, na forma, condições e percentuais que especifica. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 057/98, subscrita pelo Senhor Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei dispondo sobre normas de proteção ao consumidor quanto à procedência e qualidade dos produtos combustíveis comercializados no Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de resolução, de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 346/98, de autoria do Deputado Irineu Colombo, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes Físicos (ADEFICA) de Céu Azul, com sede e foro no Município de Céu Azul. **Aprovado.**

### PROJETO DE LEI Nº 346/98

#### REDAÇÃO FINAL

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes Físicos de Céu Azul - ADEFICA, com sede e foro no Município de Céu Azul.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.12.98.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

HIDEKAZU TAKAYAMA - Relator

### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 373/98, de autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a Casa Lar - Sociedade Assistencial Ebenezer, com sede e foro no Município de Jaguapitã. **Aprovado.**

### PROJETO DE LEI Nº 373/98

#### REDAÇÃO FINAL

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Casa Lar - Sociedade Assistencial Ebenezer, com sede e foro no Município de Jaguapitã.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.12.98.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

HIDEKAZU TAKAYAMA - Relator

### ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 173/98, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que autoriza o Poder Executivo a instituir o plano de carreira dos servidores públicos civis, regidos pela Lei Federal nº 5.194/66. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Em votação.**

O SR. DR. ROSINHA

Com meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Votada e aprovada a emenda do Deputado Cartário.

**ITEM 04**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 324/98, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Associação de Assistência Social de Castrolândia, com sede e foro no Município de Castro. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada.**

Projeto - **Aprovado.**

**ITEM 05**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 419/98, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Batista Independente de Guaratuba, com sede e foro no Município de Guaratuba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada.**

Projeto - **Aprovado.**

**ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 394/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declarou de Utilidade Pública a Associação Rural Recreativa de Barbosa Ferraz. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 07**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 424/98, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que declara de Utilidade Pública o CMTI - Clube da Média e Terceira Idade, com sede e foro na Cidade de Chopinzinho. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 08**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 464/98, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declarou de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, no Município de São João do Triunfo. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado o Projeto, artigo por artigo.**

Emenda da C.C.J.. **Aprovada.**

**O Projeto irá à 3ª discussão.**

**ITEM 09**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 465/98, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declarou de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Grande Rios. COM

PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado o Projeto, artigo por artigo.**

Emenda da C.C.J.. **Aprovada.**

**ITEM 10**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 489/98, de autoria do Tribunal de Justiça, que suprime a alínea B do inciso V do art. 16 da Lei nº 7.297, de 08 de janeiro de 1.980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná). COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.**

**O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)**

Sobre a mesa, Requerimento nº 2019, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2015, de autoria do Senhor Deputado Paulo Gorski, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2014, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2013, de autoria dos Senhores Deputados Edgar Bueno e Paulo Gorski, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2018, de autoria do Senhor Deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2022 e 2023, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2028 de autoria do Senhor Deputado Cezar Silvestri com apoio do Senhor Deputado Paulo Gorski, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2029 de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2030, de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2031, de autoria do Senhor Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2016 e 2017, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. **Em Discussão.**

**O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)**

Para discutir, Senhor Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)**

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2024, de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2032, de autoria do Senhor Deputado Horácio Rodrigues, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2000, de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Para encaminhar a votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

A palavra para encaminhar a votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Para Encaminhar**)

Senhor Presidente, no dia de ontem pedimos para discutir esse requerimento em Regime de Urgência do Deputado Valdir Rossoni, o Projeto de Lei 486/98, que pretende dar tramitação, em Regime de Urgência, à Mensagem 54/98. Pelo que fomos informados pelos Deputados que participaram da Comissão de Justiça no dia de hoje, surgiu alguma polêmica com relação à discussão desse projeto. Se não me falha a memória o Presidente Joel Coimbra concedeu vistas a este projeto até o dia de amanhã.

Consulto o Deputado Valdir Rossoni se não seria o caso de adiarmos a votação desse requerimento para amanhã, já que existe um entendimento da Comissão de Justiça e uma discussão em cima desse projeto, por ser um assunto polêmico e muito atraente a sua discussão, a implantação desse sistema pelo DETRAN do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

A Mesa comunica ao Deputado Orlando Pessuti que o projeto será retirado da Ordem do Dia de hoje. Em consequência não haverá prejuízo para a Votação da Urgência.

Os Senhores Deputados que aprovam a Urgência, conservem-se como estão.

**Aprovado.**

O projeto será retirado da Ordem do Dia.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente, Questão de Ordem.

Gostaria de aproveitar que foi votado o Requerimento em Regime de Urgência, o projeto que se refere à questão de telemetria e comunicar à Casa, que amanhã às dez horas, um técnico estará

na Liderança do Governo prestando os esclarecimentos, se assim os Deputados o desejarem.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 09, à hora regimental com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 014/98.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 333, 386, 421 e 463/98.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 465/98.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 288, 572/96, 083, 188, 218, 422 e 470/98.

Levanta-se a sessão.

### Ata da Comissão:

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 13ª LEGISLATURA 19ª ATA ORDINÁRIA

Aos vinte quatro dias do mês de novembro do ano de um mil novecentos e noventa e oito, reuniu-se na sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: Duílio Genari, Florisvaldo Fier, Carlos Simões, Eduardo Trevisan, Edgar Bueno, Valdir Rossoni, Geraldo Cartário, Basílio Zanusso, Cesar Seleme, Walmor Trentini e os demais Deputados: Orlando Pessuti, Miltinho Puppio e Luiz Carlos Zuk. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, aprovando a ata da reunião anterior após colocá-la em discussão e votação. Passa-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 182/98 de autoria do Deputado Hermas Brandão e Luiz Carlos Alborghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões, na forma da emenda anexa - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 452/98 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO, com voto contrário dos Deputados Florisvaldo Fier, Orlando Pessuti, Edgar Bueno e Paulo Gorski; 03) Projeto de Lei nº 383/98 de autoria do Deputado Valdir Rossoni. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Walmor Trentini - APROVADO, com voto contrário do Deputado Florisvaldo Fier; 04) Projeto de Lei nº 453/98 de autoria do Poder Executivo. Parecer

FAVORÁVEL do Deputado Cesar Seleme - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 441/98 de autoria do Deputado Neivo Beraldin. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Valdir Rossoni; 06) Projeto de Lei nº 379/98 de autoria do Deputado Renato Adur. Parecer FAVORÁVEL à Emenda de Plenário, do Deputado Paulo Gorski - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 442/98 de autoria do Poder Executivo. O Deputado Eduardo Trevisan solicita mais prazo para exarar seu parecer - DEFERIDO; 08) Projeto de Lei nº 457/98 de autoria do Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 420/98 de autoria do Deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 466/98 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 373/98 de auto-

ria do Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário, na forma da emenda anexa - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 275/98 de autoria do deputado Joel Coimbra. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 365/98 de autoria dos Deputados Anibal Khury e Miltinho Puppio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Joel Coimbra, na forma de Projeto de Resolução - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada de Comissão.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

Ana Lúcia Andretta - Secretária  
Assinaturas ilegíveis

---